A responsabilidade social das empresas: um olhar sobre a nova Diretiva CSDDD

Leonor Maria Monteiro da Silva

*Jurista e Mestranda em Direito dos Contratos e da Empresa
(Escola de Direito da Universidade do Minho)*

Rafaela Ribeiro Silva

*Jurista e Mestranda em Direito dos Contratos e da Empresa
(Escola de Direito da Universidade do Minho)*

Resumo: A Responsabilidade Social das Empresas (RSE) e a Governação Societária, durante muito tempo alheias à malha jurídica que sustentava a atuação empresarial, têm vindo a assumir, nos últimos anos, o monopólio do discurso das empresas, desempenhando um papel fundamental na sua estratégia e gestão. Não sendo nova, esta questão tem ganhado destaque, fruto da tomada de consciência, pelos vários agentes económicos, do impacto que as organizações empresariais desempenham sobre os direitos humanos e o ambiente. A nova Diretiva CSDDD – ao obrigar as empresas a identificar, prevenir e mitigar os impactos negativos que possam resultar da sua atividade – representa um marco incontornável no contexto da governação empresarial transnacional e um importante compromisso político assumido entre os Estados-Membros da União Europeia. Esta Diretiva faz nascer no plano jurídico uma obrigação legal vinculativa de devida diligência, reforçando a RSE e assegurando que as boas práticas sociais e ambientais não são retóricas, mas antes controladas e monitorizadas de forma séria, responsável e transparente. A RSE já não é, hoje, uma opção (ética) das organizações empresariais, mas um dever e uma necessidade estratégica, que tem de integrar a governação societária, sob pena de se prejudicar a sustentabilidade empresarial.

No presente artigo faz-se uma reflexão sobre o objetivo primordial das sociedades comerciais (a obtenção de lucro), examinando-se a perene controvérsia em torno do seu interesse social (*shareholder value vs. stakeholder value vs. interesse social iluminado*). Analisam-se, ainda, os deveres dos administradores e o regime da sua responsabilidade civil, convocando-se, para o debate, a *business judgement rule*, que protege decisões empresariais tomadas de modo diligente e

informado. Por fim, apresenta-se criticamente o regime jurídico da CSDDD, refletindo-se sobre o impacto destas obrigações na cadeia de atividades, o (de)mérito da sua extraterritorialidade, a eficácia do regime sancionatório e de responsabilidade civil, o esforço (eventualmente excessivo?) de regulamentação e as vantagens que podem (ou não) estar a si associadas.

Palavras-chave: Responsabilidade social das empresas / CSDDD / Governança societária / Sustentabilidade / Deveres dos administradores

Abstract: Corporate Social Responsibility (CSR) and Corporate Governance, for a long time unknown to the legal framework that supported corporate action, have in recent years become the monopoly of corporate discourse, playing a fundamental role in their strategy and management. Although not trailblazing, this issue has gained prominence as a result of the awareness of multiple economic agents of the impact that business organisations have on human rights and the environment. The new CSDDD – by obliging companies to identify, prevent and mitigate negative impacts that may result from their activity – represents an unavoidable milestone in the context of transnational corporate governance and an important political commitment made by the Member States of the European Union. This Directive gives rise to a binding legal obligation of due diligence, reinforcing CSR and ensuring that good social and environmental practices are not rhetorical, but are controlled and monitored in a serious, responsible and transparent manner. Today, CSR is no longer an (ethical) option for business organisations, but a duty and a strategic necessity that must be part of corporate governance, otherwise corporate sustainability will be jeopardised.

This article reflects on the primary objective of commercial companies (making a profit), examining the perennial controversy surrounding their social interest (*shareholder value vs. stakeholder value vs. enlightened social interest*). The duties of directors and their civil liability are also analysed, and the *business judgement rule*, which protects business decisions made in a diligent and informed manner, is brought into the debate. Finally, the CSDDD legal regime is critically presented, reflecting on the impact of these obligations on the chain of activities, the (de)merit of their extraterritoriality, the effectiveness of the sanctions and tort law, the (possibly excessive?) regulatory effort and the advantages that may (or may not) be associated with it.

Keywords: Corporate social responsibility / CSDDD / Corporate governance / Sustainability / Directors' duties

Introdução

Nas últimas décadas, transformações paradigmáticas acometeram a sociedade e as empresas, enquanto parte constituinte deste tecido social, não ficaram imunes a essas alterações, tendo sido compelidas a adaptar-se, sob pena de não reunirem a aceitação social necessária para a prossecução dos seus fins. A transição para uma economia sustentável envolveu uma reforma substancial dos nossos mercados, reclamando uma tomada de decisão empresarial e um esforço legislativo de regulação do modo como as empresas devem gerir os impactos ambientais, sociais e governativos da sua atividade.

É inquestionável que a preocupação com o bem-estar e o desenvolvimento sustentável ganharam destaque no discurso empresarial – a Responsabilidade Social das Empresas (doravante, RSE) é, hoje, um imperativo inalienável da administração societária, como sentenciar a recente Diretiva relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade (CSDDD)¹.

A noção de RSE pode ser encontrada em vários instrumentos², nomeadamente na Norma Internacional ISO26000, que a define como sendo a “responsabilidade de uma organização pelos impactes das suas decisões e atividades na sociedade e no ambiente, através de uma conduta ética e transparente”. Apesar da diversidade de definições, a RSE é abraçada com igual intensidade pelas várias organizações internacionais e reclamada com igual pujança pela sociedade contemporânea.

As empresas são “criações artificiais para controlo de negócios e geração de riqueza”, dotadas de personalidade jurídica, autonomia e responsabilidade limitada, sob a forma de sociedades comerciais, que prosseguem uma missão central: “obter lucros, legais e sustentados”³. O interesse social que lhes subjaz continua a gerar controvérsia na doutrina jus-societária, num debate que traz à colação a

¹ Diretiva (UE) 2024/1760 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de junho de 2024 (relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade) e que altera a Diretiva (UE) 2019/1937 e o Regulamento (UE) 2023/2859, disponível em https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:L_202401760.

² No *Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*, Bruxelas, 2001, definiu-se a RSE enquanto “conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo”, disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX%3A52001DC0366>.

³ PEDRO JORGE MAGALHÃES, *Governo Societário e a Sustentabilidade da Empresa*, Coimbra, Almedina, 2019, pp. 13-14.

noção de sociedade, o seu escopo, a concretização do art. 64.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), a relação com os deveres dos administradores⁴, o regime da sua responsabilização e as várias teorias de *Corporate Governance* que germinam desse interesse.

A *Corporate Governance* – vista como um conjunto de mecanismos atinentes à estrutura de poderes decisórios das empresas, que permite avaliar e responsabilizar os administradores e que orienta a forma como a empresa é dirigida (conduzindo as relações entre os *shareholders* e os *stakeholders*)^{5/6} – aliada à RSE funcionam, hoje, como parâmetros avaliadores da excelência qualitativa da organização empresarial.

Com o objetivo de promover um comportamento empresarial sustentável e socialmente responsável nas operações das empresas e em todas as cadeias de atividade, foi aprovada, em 2024, a Diretiva CSDDD, que coloca a União Europeia na vanguarda dos esforços em prol da sustentabilidade. Assiste-se a uma mudança no panorama europeu que força os Estados-Membros a nivelarem o quadro legislativo em matéria de responsabilidade e sustentabilidade empresarial, introduzindo obrigações de devida diligência relacionadas com impactos adversos, reais ou potenciais, nos direitos humanos e no ambiente. A CSDDD constitui um importante passo na luta pela sustentabilidade empresarial europeia. Resta saber se os méritos suplantam as desvantagens de uma regulação com estes contornos...

1. As sociedades e o seu fim

A definição legal que norteia o conceito de sociedade deve ser colhida no art. 980.º do Código Civil, dizendo-se, neste epitáfio, que o “contrato de sociedade é aquele em que duas ou mais pessoas se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício em comum de certa actividade económica, que não seja de mera fruição, a fim de repartirem os lucros resultantes dessa actividade”. Haverá muito a dizer sobre esta definição, já que nela se encontram plasmados os elementos es-

⁴ Utilizar-se-á “administrador” num sentido amplo, abarcando os gerentes das sociedades por quotas e os administradores das sociedades anónimas.

⁵ OECD, *Governança corporativa*, disponível em <https://www.oecd.org/en/topics/policy-issues/corporate-governance.html>.

⁶ FILIPE ANDRÉ DOS SANTOS RIBEIRO, *Responsabilidade Social das Empresas e Corporate Governance*, UCP, 2022, p. 34, disponível em <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/41282/1/203309502.pdf>.

senciais do contrato de sociedade, mas focar-nos-emos somente no elemento teleológico (fim), que para o presente estudo releva⁷.

A parte final do art. 980.º do Código Civil contempla o fim da sociedade: obtenção de lucro e consequente repartição pelos sócios⁸. A doutrina identifica duas perspectivas de lucro – o *lucro objetivo*, que é criado diretamente na esfera jurídica da sociedade, e o *lucro subjetivo*, que se destina à repartição pelos sócios⁹. A essencialidade deste elemento (escopo lucrativo) distancia as sociedades de outras entidades dogmaticamente próximas, como é o caso das cooperativas, que apenas “visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades” dos seus membros, através da cooperação e entajuda ou das associações e fundações, nas quais o eventual lucro não pode ser repartido pelos associados ou atribuído ao fundador.

A prossecução do fim lucrativo é, portanto, a característica mais acentuada das sociedades, estando inclusive os seus atos limitados à procura desse fim – art. 6.º, n.º 1, do CSC.

2. Os deveres dos membros do órgão de administração: o art. 64.º, n.º 1, do CSC e a discussão em torno do interesse social

Inalienável do direito das sociedades comerciais é o estudo do dever de administrar, uma vez que os administradores gerem a atividade da sociedade e os seus atos, praticados em nome da sociedade e dentro dos poderes que a lei lhes confere, vinculam-na para com terceiros.

Agora como antes, as sociedades voltam-se para a obtenção de lucro. Porém, urge, cada vez mais, atender à RSE como temática indissociável da gestão da própria sociedade comercial, já que, hodiernamente, a atuação empresarial se confronta com novas e acrescidas exigências sociais, ambientais e governativas, reclamadas pela sociedade civil, com quem a sociedade comercial tem estabeleci-

⁷ Para maiores desenvolvimentos sobre os restantes elementos (pessoal, patrimonial e finalístico/objeto), veja-se RUI POLÓNIA, *Direito das Sociedades Comerciais*, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2023, pp. 26-32.

⁸ Procurando a correção normativa, entender-se-á como distribuição de lucro, quando em causa estiver uma sociedade pluripessoal e como atribuição de lucro, quando for unipessoal, sublinhando-se que, no âmbito das sociedades comerciais, não são os sócios quem reparte os lucros, mas antes a própria sociedade (titular de personalidade jurídica), embora a competência para deliberar a repartição desses lucros caiba aos sócios – RUI POLÓNIA, *Direito das Sociedades Comerciais*, *op. cit.*, p. 32.

⁹ A este respeito, veja-se RUI POLÓNIA, em *Direito das Sociedades Comerciais*, *op. cit.*, *loc. cit.*

das relações de confiança. O ingresso no cargo de administrador acarreta um vasto e não absolutamente determinado rol de deveres jurídicos, que, não sendo respeitado, motivará lesões nos interesses dos sócios e da sociedade.

2.1. O art. 64.º do CSC e os deveres fundamentais dos administradores

Embora não se conteste que a sustentabilidade está no centro das discussões atuais sobre Direito e Governança Societária, certamente se compreende que a sua relação com os deveres legais dos administradores é de contornos difíceis de traçar – são tantas e tão multímodas as situações com que os administradores se defrontam e são tão variados os atos que têm de praticar, que especificar os seus deveres num elenco legal taxativo e fechado se revelaria uma tarefa infrutífera e, convenhamos, humana e “manifestamente impossível”¹⁰.

A temática dos deveres dos membros dos órgãos de administração, designadamente o art. 64.º do CSC, foi fortemente alterada com a entrada em vigor do DL n.º 76-A/2006, de 29/3¹¹, devendo, atualmente, distinguir-se (para além dos deveres estatutários e legais) os deveres legais gerais e os deveres legais específicos dos administradores: os primeiros são “os que se destinam aos membros do órgão de administração de qualquer sociedade comercial, independentemente do seu tipo” e os segundos são “os que se destinam aos membros do órgão de administração de um tipo de sociedade comercial em concreto”¹², resultando imediata e especificadamente da lei, com múltiplos exemplos no CSC e fora dele¹³.

No presente estudo, focar-nos-emos na análise dos deveres legais gerais: o art. 64.º, n.º 1, do CSC estatui os deveres gerais fundamentais dos membros do órgão de administração, articulando, em alíneas separadas, os deveres de cuidado [alínea a)] e lealdade [alínea b)].

O dever de cuidado identifica-se com a competência dos administradores que, no exercício das suas funções, devem ser disponíveis, tecnicamente competentes

¹⁰ J. M. COUTINHO DE ABREU, “Deveres de cuidado e de lealdade dos administradores e interesse social”, in AA.VV., *Reformas do Código das Sociedades*, IDET, Coimbra, Almedina, 2007, p. 17.

¹¹ As principais motivações da reforma legislativa prenderam-se com a boa governação das sociedades.

¹² Veja-se RUI POLÓNIA, *Direito das Sociedades Comerciais*, op. cit., p. 66.

¹³ Para mais exemplos de deveres legais específicos, veja-se RICARDO COSTA, «Deveres gerais dos administradores e “gestor criterioso e ordenado”», in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, vol. I, Coimbra, Almedina, 2010, p. 165.

e concededores da atividade da sociedade, esperando-se que atuem de forma criteriosa e ordenada¹⁴, sem que releve, para a aferição deste dever, o critério do direito civil *bonus pater familiae*.

Segundo COUTINHO DE ABREU, este dever implica que os administradores, “nas actividades de organização, decisão e controlo societários”, tenham de aplicar “o tempo, o esforço e o conhecimento requeridos pela natureza das funções, as competências específicas e as circunstâncias” do caso concreto¹⁵. Continua o autor, numa análise de maior amplitude na sua compreensão, sub-distinguindo o referido dever em dever de vigilância organizativo-funcional – que pressupõe que o administrador preste atenção à evolução económico-financeira da sociedade e ao desempenho de quem gere, devendo aceder à informação necessária e conhecendo efetivamente a atividade da sociedade, pois só assim a consegue controlar; dever de atuação procedimentalmente correta para a tomada de decisões – implica a recolha e análise de informação razoavelmente disponível, estando a razoabilidade dependente das circunstâncias do caso; e o dever de tomar decisões substancialmente razoáveis – não obriga o administrador a tomar a melhor decisão, mas, existindo um leque de decisões razoáveis, o administrador deve escolher a mais compatível com o interesse da sociedade, isto é, o administrador só viola este dever se a decisão por ele tomada não integrar o elenco das decisões compatíveis com o interesse da sociedade¹⁶.

Já no art. 64.º, n.º 1, alínea b), referente aos deveres de lealdade, estão consagrados “deveres inerentes à relação de confiança” estabelecida entre a sociedade e os administradores e com base na qual estes atuam em nome e no interesse daquela, procurando a satisfação do interesse social, mas abstendo-se de promover o seu próprio interesse ou interesses alheios¹⁷. Nesta alínea introduziu-se a noção de “interesse da sociedade” como referencial do dever de lealdade e uma cláusula geral de interesses dos *stakeholders*. Esta medida constituiu, de algum modo, um

¹⁴ Veja-se RUI POLÓNIA, *Direito das Sociedades Comerciais*, *op. cit.*, p. 67.

¹⁵ J. M. COUTINHO DE ABREU, “Deveres de cuidado e de lealdade dos administradores e interesse social”, *op. cit.*, p. 19.

¹⁶ *Ibidem*, pp. 20-21.

¹⁷ A este respeito, veja-se CATARINA SERRA, “O novo direito das sociedades: para uma governação socialmente responsável”, in *Scientia Iuris*, vol. 14, Londrina, Universidade Estadual de Londrina, 2010, pp. 157-158, disponível em <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/view/7655/6749>; e J. M. COUTINHO DE ABREU, “Deveres de cuidado e de lealdade dos administradores e interesse social”, *op. cit.*, p. 22.

sinal de integração da RSE na *Corporate Governance*, impondo uma cultura de ética no universo empresarial e passando os administradores a estar subordinados ao dever de realizar o “interesse social iluminado”, como adiante se explicará.

Segundo COUTINHO DE ABREU, várias concretizações emanam deste dever: os administradores devem comportar-se com correção quando contratem com a sociedade (arts. 397.º e 428.º do CSC), estão obrigados a não concorrer com a sociedade (ainda que de modo não absoluto) e a não aproveitar em benefício próprio oportunidades de negócio societárias, assim como bens e informações da sociedade e, por fim, a não abusar do seu estatuto¹⁸.

Ora, o dever de lealdade norteia-se pelo interesse social, cuja concretização, tendo como propósito o lucro da sociedade, comum ao interesse dos sócios, corresponde àquilo que a sociedade entende que, subjetivamente, é adequado para a prossecução do seu fim¹⁹. Havendo violação destes deveres poderá haver lugar a responsabilidade civil dos administradores para com a sociedade (como analisaremos adiante) e destituição com justa causa (arts. 257.º, n.º 6, e 403.º, n.º 4, do CSC).

2.2. Que interesses integram o dever de lealdade?

A orientação dada no art. 64.º, n.º 1, alínea *b*), é a de atender aos interesses de longo prazo dos sócios e ponderar os interesses de outros sujeitos relevantes para a sustentabilidade da sociedade, como sejam os trabalhadores, clientes e credores. Mas não se esgota nestes o elenco dos titulares dos referidos interesses, existindo outros beneficiários das iniciativas de responsabilidade social. Na discussão em torno da construção do interesse social e da preponderância atribuível aos vários interesses em presença e a fim de se responder à questão de saber a quem é devida a lealdade, afirmaram-se, entre nós, várias correntes doutrinárias.

RUI PINTO DUARTE afirma que o art. 64.º, n.º 1, só impõe aos administradores um dever de lealdade para com a sociedade e não também para com os sócios e outros sujeitos, embora o interesse desses *stakeholders* tenha de ser tomado em consideração na definição do interesse da sociedade, isto é, o administrador só

¹⁸ Explicação detalhada em J. M. COUTINHO DE ABREU, “Deveres de cuidado e de lealdade dos administradores e interesse social”, *op. cit.*, pp. 23-29.

¹⁹ Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 13/7/2023, proc. n.º 9377/20.0T8LSB.L1-1, (Amélia Rebelo), disponível em www.dgsi.pt.

tem de ser leal para com a sociedade, mas no próprio interesse social já deverão ser atendidos os interesses dos sócios e ponderados os dos *stakeholders*²⁰.

Em sentido diverso, MANUEL CARNEIRO DA FRADA defende que a lealdade, por si só, não realiza interesses, mas “está acima e para além deles”, exprimindo um critério de ética com base jurídica, e não existindo, por isso, para prosseguir ou maximizar os interesses que a alínea *b*) do n.º 1 do art. 64.º preconiza. Diz, ainda, que “a lealdade não é graduável”, mas antes “deve-se sempre”, ou seja, ao administrador não é consentido ser leal para com uns e desleal para com outros, já que a lealdade “não é passível de ponderações de eficiência económica”, devendo observar-se sempre, ainda que com custos elevados. Os administradores devem, portanto, ser leais à sociedade, aos sócios, aos credores, aos trabalhadores, aos clientes, enfim, a todos, colocando os interesses num plano absolutamente igual. Não havendo graus de lealdade, não poderá ser sacrificado constantemente o interesse da sociedade, mas este também não se poderá sobrepor sempre aos interesses dos *stakeholders*²¹.

ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, por seu turno, esclarece, num entendimento preterido pela jurisprudência, que “quem é leal a todos, particularmente havendo sujeitos em conflito, acaba desleal perante toda a gente”, devendo o legislador evitar normas “com um aditamento ilimitado de novos termos”, como é o caso desta, sob pena de ficarem vazias de conteúdo²².

Jurisprudencialmente, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) tendeu a aproximar-se da doutrina de RUI PINTO DUARTE, ao afirmar que o “dever de lealdade é indissociável do princípio de confiança, quer seja perante a sociedade, quer perante os sócios, quer perante terceiros”²³.

²⁰ Para maiores desenvolvimentos, veja-se RUI PINTO DUARTE, “Os Deveres dos Administradores das Sociedades Comerciais”, in *Católica Law Review*, vol. II, n.º 2, 2018, pp. 84-85.

²¹ A este respeito, recomenda-se MANUEL A. CARNEIRO DA FRADA, “A business judgement rule no quadro dos deveres gerais dos administradores”, in *Revista da Ordem dos Advogados (ROA)*, ano 67, vol. I, 2007, disponível em <https://portal.oa.pt/publicacoes/revista-da-ordem-dos-advogados/ano-2007/ano-67-vol-i-jan-2007/doutrina/manuel-a-carneiro-da-frada-a-business-judgement-rule-no-quadro-dos-deveres-gerais-dos-administradores/>.

²² Sobre isto, ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, “Os deveres fundamentais dos administradores das sociedades”, in *ROA*, ano 66, vol. II, 2006, disponível em <https://portal.oa.pt/publicacoes/revista-da-ordem-dos-advogados/ano-2006/ano-66-vol-ii-set-2006/doutrina/antonio-menezes-cordeiro-os-deveres-fundamentais-dos-administradores-das-sociedades/>.

²³ Entendimento espelhado no Acórdão do STJ de 30/9/2014, proc. n.º 1195/08.0TYLSB,L1.S1, (Fonseca Ramos), disponível em www.dgsi.pt

2.3. Que visão se tem do interesse social? As várias teorias de governação societária

Qual a visão que se deve, então, adotar sobre o interesse social? Não há, ainda, um entendimento pacífico sobre o conceito, encontrando-se em confronto, tradicionalmente, teses contratualistas e institucionalistas.

Inicialmente, o interesse social era concebido unicamente como o interesse comum dos sócios, titulares das participações sociais (perspetiva da *shareholder value approach*). Segundo esta teoria, defendida pelos contratualistas, a tarefa de gestão da atividade societária dos administradores orientar-se-ia exclusivamente pela valorização das participações sociais, aumentando a receita e maximizando o lucro (conceção de capitalismo puro), fazendo equivaler o interesse social ao interesse daqueles que investem na empresa (*shareholders*). Entendia-se que os acionistas eram o motor económico da organização e o único grupo perante o qual a empresa seria socialmente responsável.

Segundo FRIEDMAN, precursor desta doutrina, pouco poderia enfraquecer tanto os pilares da nossa sociedade quanto a ideia de que os membros dos órgãos de administração deviam assumir responsabilidades sociais que fossem além do mero propósito de obtenção de lucro para os acionistas²⁴. Esta visão neoclássica de empresa e a ideia de que a responsabilidade pelas questões sociais é dos governos, devendo as empresas concentrar-se nos seus resultados financeiros, contribuiu para o desprezo, na época, pela RSE²⁵.

Contudo, os agentes económicos começaram a aperceber-se de que a procura desenfreada pelo lucro conduz, não raras vezes, a resultados indesejáveis, isto é, quando se prioriza a busca desimpedida do lucro, sem atender a outras preocupações, provocam-se danos de cariz financeiro (frustrando-se os interesses de outros sujeitos, como os trabalhadores ou credores) e social (através da adoção de práticas que agridem o meio ambiente, como a libertação de substâncias tóxicas para a atmosfera ou para águas correntes ou o recurso a mão de obra escrava).

²⁴ MILTON FRIEDMAN, *Capitalismo e Liberdade*, Coimbra, Actual, 2021 [1962], trad. de Jaime Araújo.

²⁵ MALLIN BAKER, *Arguments against corporate social responsibility – And some responses*, 2008, disponível em <https://mallinbaker.net/article/clear-reflection/arguments-against-corporate-social-responsibility-and-some-responses>.

Isto levou à ascensão de uma outra teoria (institucionalista) – perspectiva da *stakeholder value approach* – que preconiza a existência de outros interesses dignos de consideração. A defesa desta perspectiva assenta no alargamento da esfera de interesses a considerar pelos administradores – já não só os interesses dos sócios, mas também os dos trabalhadores, clientes, fornecedores, credores e quaisquer outros sujeitos que possam influenciar ou afetar a atividade societária ou de por ela ser afetados, como é o caso das Organizações Não Governamentais²⁶.

A passagem de uma tese monista/contratualista para uma tese pluralista/institucionalista não está isenta de problemas: na prática, os administradores depararam-se com a dificuldade de saber que interesses estão obrigados a realizar no exercício das suas funções, ou seja, se devem considerar os interesses dos sujeitos terceiros ou se devem priorizar a maximização do valor das participações sociais.

Naturalmente, nenhuma destas perspectivas satisfaz, na íntegra, as questões suscitadas na *praxis* empresarial sobre os beneficiários da gestão societária, pelo que, paulatinamente, emergem novas teorias de governação societária que visam harmonizar múltiplos interesses conflituantes, de modo a não onerar nenhum em demasia. Como teoria recente e intermédia, surge o modelo do “interesse social iluminado” (*enlightened shareholder value approach*), segundo o qual os administradores devem submeter-se ao dever de realizar o interesse social, prosseguindo o sucesso empresarial e “atendendo aos interesses de longo prazo”, mas sabendo que, para o alcançar, é necessário que “quem atua pela sociedade” promova um conjunto de “relações estáveis e duradouras da empresa com os trabalhadores, credores, clientes e fornecedores”, investindo em relações que aumentem o valor global da empresa²⁷ e mantenham a sua reputação a níveis elevados de condutas empresariais. Esta visão patenteia a obrigação de evitar prejuízos desproporcionados para os *stakeholders* e um conjunto alargado de deveres procedimentais relacionados com a apresentação de informação. Com o “interesse social iluminado” parece mais possível dar propó-

²⁶ CATARINA SERRA, “O novo direito das sociedades: para uma governação socialmente responsável”, *op. cit.*, p. 160.

²⁷ A este propósito, veja-se CATARINA SERRA, *apud* HUGO LUZ DOS SANTOS, «Os deveres fiduciários dos gerentes das sociedades comerciais e o *Enlightened Shareholder Value* à luz do acórdão de uniformização de jurisprudência do STJ n.º 11/2014: mais um capítulo da (falta) de “cooperação dialéctica” entre o Tribunal Constitucional e o Supremo Tribunal de Justiça?», in *Revista de Direito das Sociedades (RDS)*, ano VII, n.º 1, 2015, p. 138, disponível em <https://www.revistadedireitodassociedades.pt/artigos/os-deveres-fiduciarios-dos-gerentes-das-sociedades-comerciais-e-o-enlightened-shareholder-value-a-lu>.

sito ao dever de ponderação dos interesses dos outros grupos de sujeitos presente no CSC, promovendo-se a RSE.

Independentemente das múltiplas teorias, o certo é que se torna evidente a relação umbilical entre o desempenho não financeiro de uma empresa (social e ambiental) e os seus resultados económicos, revelando-se indispensável o compromisso de obter resultados ambiciosos nos três níveis – Lucro/*Profit*, Planeta/*Planet* e Pessoas/*People* (três P)²⁸. É, por isso, na comunhão de todos eles que se encontra a verdadeira sustentabilidade do negócio a longo prazo.

3. Responsabilidade social das empresas – uma mudança no figurino

Intimamente ligada aos aspetos abordados anteriormente está a RSE. São várias as entidades²⁹ que têm vindo a anunciar a sua importância como questão central da economia – não como mera promessa, mas como compromisso efetivamente assumido pelas empresas – propondo-a como forma de garantir a sustentabilidade empresarial a nível ambiental, dos direitos humanos e da transparência (valores e direitos tantas vezes “atropelados” por uma governação unicamente centrada no crescimento económico).

Os agentes empresariais devem adotar estratégias conformes às boas práticas ambientais e, em simultâneo, assumir proativamente responsabilidades em relação ao bem-estar dos trabalhadores e das comunidades que suportam o sucesso a longo prazo das empresas. Em paralelo, e porque consciente das implicações que a valorização dos vários *stakeholders* acarreta para o plano governativo, a União Europeia, com forte apoio dos governos, deve fomentar uma *Corporate Governance* sustentável (como, de resto, tem feito)³⁰.

²⁸ Este conceito de sustentabilidade empresarial assenta na *Triple Bottom Line*, isto é, no desempenho social, económico e ambiental, defendendo-se que as empresas, embora devam procurar atingir bons desempenhos económicos a longo prazo, devem evitar ações que, no curto prazo, possam provocar prejuízos sociais ou ambientais – ANA CLÁUDIA SALGUEIRO, “*Compliance – Cultura organizacional, sustentabilidade empresarial e tomada de decisão ética*”, in RDS, ano XIV, n.º 1, 2022, pp. 38-39, disponível em <https://www.revistadedireitodassociedades.pt/articles/compliance-cultura-organizacional-sustentabilidade-empresarial-e-tomada-de-decisao-etica>.

²⁹ Destaque para a ONU – Organização das Nações Unidas e a OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

³⁰ Veja-se, a título exemplificativo (mas fortemente elucidativo), a recente Diretiva CSDDD, que adiante analisaremos.

A RSE não implica o abandono do escopo lucrativo, mas o exercício desse fim, sem que, com isso, se prejudiquem outros valores cuja importância é anuída pela sensibilidade contemporânea – pense-se, como exemplo das consequências nefastas da atual concepção societária, no caso de *Alto Hospicio*, no Chile, onde a paisagem desértica tem vindo a sofrer alterações profundas nos últimos anos, substituindo-se as dunas de areia por aglomerados colossais de roupas, compostas por materiais não biodegradáveis, abandonados a céu aberto, num eminente atentado contra o ambiente, a saúde pública e a própria economia, simplesmente porque não calharam de ser vendidas³¹. Peças de roupa, muitas delas oriundas de marcas de luxo, passam diretamente do requinte das montras para as lixeiras a céu aberto, numa decisão empresarial inconsciente, irresponsável e profundamente impactante (pela negativa, claro!) em termos sociais e ambientais.

Esta responsabilidade envolve duas dimensões: uma interna, na qual se incluem práticas de cariz socialmente responsável na empresa para com as pessoas que nela trabalham, para com a prosperidade económica da empresa e em relação à gestão dos recursos naturais explorados no processo produtivo, e outra externa, que ultrapassa a esfera da própria empresa, estendendo-se à comunidade envolvente³².

A RSE é um produto de pressões sociais externas e fruto do escrutínio do mercado para que as empresas assumam preocupações éticas e sociais. Não poderá, portanto, continuar isolada da gestão estratégica empresarial e retida apenas em relatórios, mas deverá exigir uma mudança de paradigma dos agentes económicos, onde a sustentabilidade e racionalidade empresariais não se centrem apenas em questões financeiras, mas sejam capazes de aglomerar bem-estar social e ambiental³³.

Confrontadas com os desafios e exigências de uma sociedade em mutação, as empresas têm-se apercebido que a RSE não deve ser encarada como um encargo, mas antes como um investimento que transcende as obrigações legais elementares do domínio social, afetando diretamente a produtividade e resultando em competitividade reforçada.

³¹ Para mais exemplos destes efeitos prejudiciais, veja-se RUI POLÓNIA, *Direito das Sociedades Comerciais*, op. cit., p. 74.

³² Para maiores desenvolvimentos, veja-se *Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*, op. cit.

³³ FILIPE ANDRÉ DOS SANTOS RIBEIRO, *Responsabilidade Social das Empresas e Corporate Governance*, op. cit., p. 30.

A maioria dos instrumentos nesta matéria assumiam a forma de *soft law*, não implicando, em caso de incumprimento, uma sanção efetiva³⁴, o que realçava o carácter voluntário característico da RSE. Levanta-se, pois, a questão de saber se, decorrente da entrada em vigor da CSDDD e tendo em consideração a coercibilidade do Direito, se poderá continuar a caracterizar a RSE como voluntária ou se esta se tornou, no fundo, uma obrigação. A resposta não é claramente avançada na letra da Diretiva, como adiante se constatará, mas há que considerar o seguinte: até então, têm-se destacado no mercado as empresas que efetivamente cumprem os princípios orientadores da responsabilidade social, ganhando vantagem competitiva por se preocuparem voluntariamente com este assunto. Dada a importância cada vez mais premente da temática, só trarão vantagens os trabalhos legislativos que coloquem estas orientações no campo da *hard law*.

Na vanguarda, a União Europeia tem trilhado esse caminho, tendo vindo, com esta legislação, a sublinhar que, como deixar a adoção destas práticas ao critério das empresas não tem sido suficiente³⁵, quer-se agora que haja uma regulamentação para pressionar as empresas, através de sanções e responsabilização, a integrarem a RSE no seu negócio. Trata-se de uma mudança de paradigma da filantropia corporativa para a RSE, com vista a que, no futuro, se caminhe para a internalização da sustentabilidade na cultura das empresas. Assim, com a sua integração no Direito³⁶, a RSE deixa de ser um valor ético-social para se assumir como valor jurídico.

Quanto à *Corporate Governance*, embora não encontre uma definição unânime, poderá ser entendida como um conjunto de mecanismos que concretizam a gestão

³⁴ Pauta-se, inversamente, por critérios de *comply or explain* – técnica usada em matéria de *Corporate Governance*, que institui um dever às empresas de declararem quais os preceitos que cumprem e justificarem o não cumprimento dos restantes, como explica ANA RAQUEL MENDES SALGADO, *ESG e o Direito Societário*, Universidade Católica Portuguesa, 2023, p. 40, disponível em <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/41867/1/203332237.pdf>.

³⁵ Pense-se no flagelo atual da escravatura moderna e, a este propósito, vejam-se as Estimativas Globais da Organização Internacional do Trabalho em 2021, cujos dados revelam existirem cerca de 28 milhões de pessoas submetidas a trabalhos forçados (mais 10 milhões do que em 2016), sendo a maior percentagem identificada no setor privado e em países de rendimentos médios e altos. Permito-nos corroborar na íntegra a crítica de Grace Forrest, diretora fundadora da Walk Free, que caracteriza a escravidão moderna como a própria antítese da justiça social e do desenvolvimento sustentável – ILO, *50 million people worldwide in modern slavery*, 2022, disponível em <https://www.ilo.org/resource/news/50-million-people-worldwide-modern-slavery-0>.

³⁶ Note-se que o Direito tem assumido progressivamente um papel proativo, abandonando-se a conceção clássica de Direito reativo, promovendo a prática de comportamentos e estimulando condutas.

e o controlo das empresas, onde se incluem instrumentos que permitem avaliar e responsabilizar os administradores pela sua gestão e pelo seu desempenho. Nas últimas décadas, assistiu-se à emergência dos indicadores ESG (Environmental, Social and Governance), que concretizam um novo quadro de análise da atividade empresarial, controlando os impactos da sua atuação no meio ambiente, na valorização da componente humana e na relevância de boas práticas de *governance*. A trilogia ESG constitui “um conjunto de parâmetros diretivos a observar pelas empresas nas suas ações, estratégias e investimentos”³⁷, que abarca o compromisso de uma atuação empresarial mais preocupada com a proteção do ambiente (“E”), com o respeito pelos direitos humanos e pelos interesses legítimos titulados pelas comunidades locais (“S”) e com medidas de governação societária mais racionais, informadas, responsáveis e sustentáveis (“G”) e tem na sua base uma componente ética, pois visa orientar os comportamentos das empresas e agentes económicos, embora tenha já, hoje, notória relevância para o Direito, ao assumir-se como um critério de atuação empresarial que, quando não cumprido, determinará consequências jurídicas³⁸.

Surge a preocupação de garantir que as empresas efetivamente incluem a RSE nas suas decisões e que esta não é uma bandeira ilusória, erguida perante a sociedade apenas para sobressair no mercado e aí serem reconhecidas³⁹. Poderá uma empresa intitular-se defensora (e mais, promotora) da sustentabilidade se, na sua cadeia de atividades, inclui empresas que recorrem a mão de obra escrava ou são responsáveis por percentagens elevadas de poluição ambiental? Parece-nos que dizer que “sim” seria afirmar uma política empresarial, mais do que caricata, hipócrita, incongruente e fraudulenta⁴⁰.

³⁷ Veja-se o que diz ANA FILIPA MORAIS ANTUNES, «ESG, sustentabilidade empresarial e contratação responsável. Em especial o papel do contrato e das “cláusulas éticas”», in *Revista de Direito Comercial (RDC)*, 2023, pp. 1105-1106, disponível em <https://www.revistadedireitocomercial.com/esg-sustentabilidade-empresarial-e-contratacao-responsavel>.

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ Procura-se evitar que as empresas capitalizem o foco ambientalista, servindo-se de alegações aparentemente salutares, mas, muitas vezes, falsas ou hiperbolizadas, alimentando o fenómeno de *greenwashing* – para mais desenvolvimentos, JOSÉ VILAS BOAS, “À procura de ética na cadeia de valor: códigos corporativos vs. due diligence law”, in *RDS*, ano XIV, n.º 2, 2022, pp. 261-264, disponível em <https://www.revistadedireitodassociedades.pt/artigos/a-procura-de-etica-na-cadeia-de-valor-codigos-corporativos-vs-due-diligence-law#revista>.

⁴⁰ Como exemplo, veja-se o caso do Grupo LEGO, conhecido pelos largos investimentos em RSE, mas que, em simultâneo, mantinha parcerias com a Shell, uma das empresas mais poluidoras do

4. Responsabilidade civil dos administradores – Breves considerações sobre o art. 72.º do CSC

O nosso direito societário tem mecanismos para responsabilizar os administradores em caso de incumprimento dos deveres a que estão adstritos. O regime da responsabilidade civil dos administradores perante a sociedade exige a verificação dos quatro pressupostos estabelecidos para o regime geral da responsabilidade (facto ilícito, culpa, dano e nexo de causalidade entre facto e dano). No CSC destacam-se três modalidades: responsabilidade por danos provocados à sociedade (art. 72.º), aos credores (art. 78.º) e aos sócios e a terceiros (art. 79.º).

O art. 72.º é acionado quando existam danos causados à própria sociedade por atos ou omissões dos administradores, pressupondo o incumprimento de deveres legais/contratuais. No n.º 1 prevê-se uma presunção de culpa, que implica uma responsabilidade solidária pelos danos a ressarcir. No n.º 2 prevê-se a possibilidade de excluir a responsabilidade, desde que se prove que o administrador atuou de modo procedimentalmente informado (tendo-se munido devidamente das informações necessárias à sua atuação), isento de interesses pessoais (evitando conflitos de interesses entre ele e a sociedade, *shareholders* e *stakeholders*) e segundo critérios de racionalidade empresarial (de entre as disponíveis, a decisão é a que racionalmente serve melhor o interesse societário)⁴¹.

Preenchidos os requisitos legais e mesmo que não cumpram o que seria exigível à luz do critério do “gestor criterioso e ordenado”, deve entender-se que os administradores “não merecem ser responsabilizados numa avaliação judicial *ex post* do mérito das suas escolhas, incentivando-se desta forma um risco económico controlado na gestão”, como esclarece RICARDO COSTA. O art. 72.º, n.º 2, do CSC consagra a *business judgment rule*, que ampliou a discricionariedade empresarial⁴²

mundo – BÁRBARA VASCONCELOS, “A Falsa Responsabilidade Social nas Empresas”, in *Revista Técnica de Tendências em Comunicação Empresarial*, n.º 2, 2022, p. 3, disponível em <https://parc.ipp.pt/index.php/trendshub/article/view/4666/2518>.

⁴¹ RUI POLÓNIA, *Direito das Sociedades Comerciais*, *op. cit.*, pp. 77-80, e RICARDO COSTA, «“Responsabilidade social” na (ir)racionalidade das decisões dos administradores de sociedades», in *RDC*, 2021, pp. 1255-1261, disponível em <https://www.revistadedireitocomercial.com/responsabilidade-social-na-irracionalidade-das-decisoes-dos-administradores-de-sociedades>.

⁴² Não se aplica quando se contrarie o dever de lealdade ou deveres específicos, porque não há discricionariedade.

e implicou uma “suavização” da responsabilização dos administradores ao invocarem uma “libertação de responsabilidade pelas consequências dos seus actos/ / decisões perante o risco de administração”⁴³.

Assim, se o administrador atuou em conformidade com o art. 72.º, n.º 2, respeitando o conteúdo mínimo do dever de cuidado, deve considerar-se afastada a responsabilidade, mas se aquele não o provar, avaliar-se-á a sua conduta à luz do art. 64.º e se se concluir que violou estes deveres será ilícita a conduta, presumindo-se a culpa nos termos do n.º 1⁴⁴.

5. Um olhar sobre a Diretiva CSDDD – Análise crítica do regime

A nova Diretiva CSDDD surge da consciência de que o comportamento empresarial é fundamental para se alcançarem os objetivos da União Europeia em matéria de sustentabilidade e as obrigações que vem estabelecer brotam dos princípios orientadores das Nações Unidas e das diretrizes da OCDE, sublinhando a importância do respeito pelos direitos humanos e ambiente, através da observação de um novo dever de diligência, previsto no art. 5.⁴⁵

A CSDDD visa potenciar o mercado único (promovendo a transição para uma economia sustentável através da prevenção e da atenuação de efeitos negativos, potenciais ou reais, nos direitos humanos e no ambiente, associados às empresas e respetivas cadeias de atividades), regular a responsabilidade das empresas em caso de incumprimento e garantir que as empresas adotem um plano de transição compatível com a redução dos efeitos das alterações climáticas, cumprindo o Acordo de Paris⁴⁶ (art. 1.º).

Os critérios para aferir que empresas ficam abrangidas pela Diretiva (âmbito de aplicação) estão no art. 2.º – número de trabalhadores e volume de negócios (não relevando o tipo societário). Ficam, ainda, indireta mas materialmente sujei-

⁴³ RICARDO COSTA, «“Responsabilidade social” na (ir)racionalidade das decisões dos administradores de sociedades», *op. cit.*, pp. 1257-1258

⁴⁴ PEDRO JORGE MAGALHÃES, *Governo Societário e a Sustentabilidade da Empresa*, *op. cit.*, pp. 405-406.

⁴⁵ Doravante, os artigos sem menção de proveniência legal pertencem à Diretiva CSDDD.

⁴⁶ O Acordo de Paris é um tratado internacional que visa o combate às alterações climáticas, através da pretensão de manter o aquecimento global abaixo dos 1,5 °C – Conselho Europeu e Conselho da União Europeia, *Acordo de Paris sobre alterações climáticas*, disponível em <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/paris-agreement-climate/>.

tas à CSDDD empresas que pertençam à cadeia de atividades de uma empresa submetida à Diretiva, quer sejam pequenas e médias empresas (PME) quer sejam empresas de países terceiros e sociedades-mãe de país terceiro com subsidiária abrangida pela CSDDD. Mas desde já se aponta uma crítica: a vinculação direta das empresas europeias será limitada, porque vai abranger apenas uma pequena percentagem de empresas⁴⁷, estando, no ordenamento jurídico português, praticamente excluídas todas as sociedades por quotas (por não cumprirem os requisitos) – empresas essas que compõem a maior parcela do tecido empresarial nacional⁴⁸.

As empresas deverão saber identificar impactos adversos no ambiente e nos direitos humanos, tal como definidos no art. 3.º, n.º 1, alíneas *b*) e *c*)⁴⁹, bem como ser capazes de integrar o dever de diligência nas políticas e nos sistemas de gestão de risco (art. 7.º), identificando e avaliando os efeitos negativos, reais e potenciais, das suas operações e das operações das suas filiais e parceiros comerciais (art. 8.º). Este dever implica que as empresas mapeiem a sua cadeia de atividade [art. 3.º, n.º 1, alínea *g*)], identificando as áreas onde é mais provável que se produzam impactos graves, fruto da atuação dos parceiros quer a montante quer, em parte, também a jusante, o que confere à Diretiva um vasto alcance⁵⁰.

No art. 5.º, n.º 1, elencam-se as obrigações que derivam do dever de diligência, sendo essas concretizadas nos arts. 7.º a 16.º. Trata-se de impor às empresas a obrigação de envidarem esforços para atuar com vista à identificação, prevenção, gestão, mitigação, reparação e correção dos danos provocados, sejam eles potenciais (art. 10.º) ou reais (art. 11.º). Havendo efeitos negativos reais, haverá lugar a reparação (art. 12.º). A Diretiva fomenta uma relação colaborativa entre empresas e partes interessadas, nomeadamente permitindo a apresentação de reclamações (arts. 13.º e 14.º). Prevê, ainda, a apresentação de denúncias fundamentadas sem-

⁴⁷ Estima-se que fiquem diretamente vinculadas apenas 5400 empresas da União Europeia, o que corresponde a 0,05% – SABELA GONZALEZ GARCIA, “REACTION CSDDD endorsement brings us 0.05% closer to corporate justice”, in *European Coalition for Corporate Justice Blog*, 2024, disponível em <https://corporatejustice.org/news/reaction-csddd-endorsement-brings-us-0-05-closer-to-corporate-justice/>.

⁴⁸ Apesar da crítica, sempre resistiria a questão de saber se, caso incluídas no âmbito material, as PME teriam possibilidade de responder a estas exigências.

⁴⁹ Note-se que as empresas com sede em países terceiros que fiquem abrangidas por este regime terão de garantir o cumprimento das convenções e declarações internacionais que não tenham sido ratificadas ou não estejam em vigor no seu país.

⁵⁰ Note-se, porém, que as empresas não serão obrigadas a eliminar absolutamente todos os impactos adversos das suas redes comerciais, pois tal seria manifestamente inviável.

pre que existirem motivos para acreditar que uma empresa não está a cumprir as obrigações (art. 26.º).

Para efeitos de controlo, os Estados-Membros deverão designar autoridades de supervisão, dotadas dos poderes previstos no art. 25.º, que aferirão o cumprimento das imposições (art. 24.º).

Sobre o art. 22.º, que impõe às empresas a adoção e implementação de um plano de transição para atenuar as alterações climáticas, destaca-se a formulação de uma obrigação de “melhores esforços”, que poderá trazer apenas um impacto morno, uma vez que utiliza conceitos indeterminados, deixando um espaço vago de concretização.

A CSDDD veio, também, desassossegar as empresas que viviam bem com o “peso na consciência” de incluírem na sua cadeia de atividades agentes económicos que violassem estes direitos. Ora, a extraterritorialidade da CSDDD será decorrência inevitável do destaque concedido às cadeias de atividade, independentemente da sua localização. Os efeitos transfronteiriços desta regulamentação trazem, assim, vantagens e desvantagens. Para os defensores, a amplitude da legislação é necessária para evitar a deslocação e terceirização de práticas antiéticas. Já os críticos sublinham as repercussões nos países em desenvolvimento, prevendo que a imposição de “princípios eurocêtricos” a outras jurisdições possa culminar na preterição das empresas desses países e na acentuação de tensões nas relações comerciais internacionais⁵¹. Ao empurrar a agenda regulatória europeia além-fronteiras, a CSDDD exigirá que as empresas naveguem por redes complexas de obrigações legais e expectativas sociais, não sendo consensual na doutrina o mérito desta opção⁵².

Assim, o novo dever de diligência, apesar de impender sobre as sociedades, implicará, em última instância, um acréscimo da responsabilidade dos administradores, que terão mais deveres para cumprir.

⁵¹ RASMUS ENGSTRÖM, *CSDDD – A New Order in International Trade? Extraterritorial Effects Understood from the Corporate Sustainability Due Diligence Directive*, LUP Student Papers, 2024, p. 37, disponível em <https://lup.lub.lu.se/student-papers/search/publication/9159837>.

⁵² Questiona-se o (de)mérito em ALEXANDER SCHALL, “The CSDDD: Good Law or Bad Law?”, in *European Company Law Journal* 21, n.º 3, 2024, disponível em <https://kluwerlawonline.com/api/Product/CitationPDFURL?file=Journals\EUCL\EUCL2024009.pdf>.

5.1. Em especial, sobre as consequências do incumprimento do dever de diligência

O incumprimento das obrigações integrantes do dever de diligência leva a que a empresa incorra, por um lado, em “sanções dissuasivas”⁵³ e, por outro lado, quando o incumprimento se relacione com obrigações destinadas a prevenir os efeitos negativos potenciais ou fazer cessar os efeitos negativos reais, em obrigação de reparar.

Não sendo cumpridas estas regras, conseguem antecipar-se, desde logo no art. 27.º, sanções administrativas (pelo menos algumas não poderão ser inferiores a 5% do volume de negócios líquido, pelo que, para as grandes entidades, representarão sanções com algum peso). A Diretiva aponta para que cada Estado designe uma entidade competente para gerir e fiscalizar o cumprimento das obrigações, portanto, poderão existir fiscalizações, provindo daí multas efetivas.

Existirá, também, uma lista pública com a identificação das empresas incumpridoras, o que provocará danos reputacionais consideráveis para as organizações. Afetando-se a imagem da empresa, não tardarão a surgir perda de confiança, dificuldades de acesso a financiamento, perda de contratos, diminuição das receitas e entraves ao relacionamento com parceiros... Ademais, o cidadão comum, fortalecido pelo fácil acesso aos meios necessários para disseminar a sua opinião, poderá ampliar o alcance destas informações. Também do lado dos investidores se destaca a preferência por investimentos “verdes” e socialmente responsáveis, pelo que, efetivamente, haverá mais pressão para cumprir.

Quanto ao regime da responsabilidade civil previsto na Diretiva, este foi alvo de forte discussão, tendo sido reduzido para minimizar as ingerências nos regimes internos de cada Estado-Membro, uma vez que, e acompanhando CATARINA SERRA, nos parece que a intenção do art. 29.º será criar um regime autónomo de responsabilidade civil por violação do dever de diligência, capaz de coabitar com os regimes nacionais de cada Estado-Membro⁵⁴. O art. 29.º prescreve uma responsabilidade em três camadas distintas – abrange não apenas as operações da própria empresa, como também, num duplo alargamento, as das filiais e demais parceiros da cadeia de atividades.

⁵³ CATARINA SERRA, “O novo dever de diligência das empresas: prevenção e responsabilidade”, in AA.VV., *VII Congresso Direito das Sociedades em Revista*, Coimbra, Almedina, 2023, p. 41 e considerando 76.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 45.

Sobre este regime, a primeira dúvida que se coloca é se é possível responsabilizar independentemente da produção de danos. COUTINHO DE ABREU questiona como se poderá responsabilizar alguém por danos ainda não concretizados, concluindo que os “efeitos negativos potenciais” deverão ser entendidos como “prejuízos futuros” (danos não presentes, mas previsivelmente verificáveis)⁵⁵. Alguns autores, numa tentativa de aproximação ao direito administrativo ambiental, aludem a uma “reparação com escopo preventivo”⁵⁶, mas levanta-se a questão de saber se, tal como acontece na responsabilidade administrativa – que prescinde do dano –, também no art. 29.º se poderá encontrar um meio de tutela antecipatória que dispense a verificação deste requisito. Ora, pela análise do artigo em causa, em particular pela alínea *b*) do n.º 1, esclarece-se que a verificação de dano é requisito essencial para a responsabilidade civil. Ao que acresce o facto de a reparação apenas se referir aos efeitos negativos reais (art. 12.º). Tudo isto faz concluir que os agentes só responderão civilmente havendo um dano real, atual, efetivo.

O art. 29.º estabelece, nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 1, os requisitos que necessitam de estar cumulativamente preenchidos para que haja obrigação de indemnizar, sendo estes equivalentes aos pressupostos habituais da responsabilidade civil. Não se esclarece, porém, quem terá o ónus da prova desses requisitos⁵⁷ (considerando 81), pelo que, no caso português, será de convocar o art. 342.º do Código Civil – em regra, caberá ao lesado provar os pressupostos, não se excluindo os casos de inversão do ónus da prova. A omissão legislativa poderá justificar-se se pensarmos no quão oneroso seria reunir todos os elementos de prova, principalmente quando em causa estivessem empresas com atividade internacional, detentoras privilegiadas de informações essenciais comparativamente aos lesados.

No segundo parágrafo do n.º 1 do art. 29.º prevê-se uma causa de exclusão de ilicitude, clarificando-se que as empresas não respondem pelos danos causados

⁵⁵ J. M. COUTINHO DE ABREU, “Dever de diligência das empresas e responsabilidade civil”, in Jorge Coutinho de Abreu/Alexandre de Soveral Martins/Rui Pereira Dias (coord.), *Dever de diligência das empresas e responsabilidade empresarial*, Coimbra, Instituto Jurídico, 2022, p. 36.

⁵⁶ MARIA INÊS DE OLIVEIRA MARTINS, “Proposta de Directiva relativa ao dever de diligência das empresas e à responsabilidade empresarial”, in Jorge Coutinho de Abreu/Alexandre de Soveral Martins/Rui Pereira Dias (coord.), *Dever de diligência das empresas e responsabilidade empresarial*, Coimbra, Instituto Jurídico, 2022, p. 59.

⁵⁷ Numa proposta anterior da Directiva também não estava prevista a legitimidade ativa para propor a ação de responsabilidade. Porém, a versão aprovada preenche essa lacuna, definindo-a no art. 29.º, n.º 3, alínea *d*).

apenas pelo parceiro comercial, pelo que não há lugar a responsabilidade objetiva. Não se prevê, porém, os casos de danos apenas provocados pelas filiais, concluindo-se que poderão as empresas-mãe ser responsabilizadas, já que, quando empresa-mãe e filiais sejam abrangidas pela Diretiva, a empresa-mãe pode assumir algumas obrigações em nome das suas filiais (art. 6.º, n.º 1).

O art. 29.º complementa a supervisão administrativa de devida diligência pelos Estados-Membros (arts. 24.º e 28.º) – se forem usados recursos suficientes para a monitorização e as empresas cooperarem, evitam-se danos reais (e, por inerência, pedidos indemnizatórios), mas se, mesmo assim, os danos ocorrerem, recorrer-se-á ao art. 29.º para que desempenhe a sua função e, assim, confira o direito à compensação integral das pessoas afetadas. O n.º 2 proíbe indemnizações punitivas. Contudo, os direitos ambientais e humanos são um campo propício a lesões de interesses difusos, hipótese que parece ser aceite pela referência à reparação de danos causados às comunidades [art. 3.º, n.º 1, alínea t)], interrogando-se como seria arbitrada uma indemnização por esses danos, dificilmente quantificáveis pela sua ampla expansão. Parece-nos que este artigo se esquece desta perspetiva, considerando apenas danos individualizáveis...⁵⁸

No n.º 5, segundo parágrafo, esclarece-se que, no caso de pluralidade de responsáveis, a responsabilidade será solidária (fazendo recordar o art. 490.º do Código Civil). O n.º 6 expressa uma clara intenção de máxima responsabilização, fixando que este regime não impedirá os Estados-Membros de imporem regras mais rigorosas às empresas, mas a verdade é que este regime se avizinha em muitos aspetos aos regimes nacionais.

Destaque, ainda, para a expressão utilizada no n.º 1 do art. 29.º – existem “danos causados a uma pessoa singular ou coletiva”. Com esta formulação, parece excluir-se a reparação dos danos puramente ambientais previstos em diversas jurisdições⁵⁹.

⁵⁸ Para mais considerações sobre a (in)eficácia deste regime veja-se NICKY TOUW, “The CSDDD: Beyond remedies in civil litigation”, in *Academy of European Law*, European University Institute, 2024, disponível em https://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/77305/AEL_2024_25.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

⁵⁹ NICOLAS BUENO/Franziska Oehm, “Las condiciones de responsabilidad civil empresarial en la Directiva de diligencia debida en materia de sostenibilidad empresarial”, in *Human Rights and de Environment Blog*, Nova Centre on Business, 2024, disponível em <https://novabhre.novalaw.unl.pt/%f0%9f%87%aa%f0%9f%87%b8-las-condiciones-de-responsabilidad-civil-empresarial-en-la-directiva-de-diligencia-debida-en-materia-de-sostenibilidad-empresarial/>.

Ora, o regime da Diretiva refere-se à responsabilidade civil das empresas e não dos administradores, como estava previsto em propostas anteriores⁶⁰. O regime suprimido espelhava um dever de diligência dos administradores que os vinculava diretamente às obrigações específicas da empresa, subordinando-os a responsabilidade pessoal no caso de não aplicação ou supervisão das medidas emergentes desse dever. Concordamos com os críticos⁶¹ que aduziam a violação dos princípios da necessidade e da subsidiariedade, reforçando que um regime com estas diretrizes diminuiria a eficiência dos mercados de capitais e misturaria relações, enfraquecendo os poderes de controlo dos sócios – se os administradores respondessem pessoalmente, ofereceriam mais resistência à tomada de certas decisões dos sócios sobre o futuro das sociedades.

O recuo na regulamentação justificou-se, para não hostilizar a aplicação destes mecanismos. Entendeu-se que seria demasiado gravoso impor uma responsabilidade direta dos administradores, inclusive atendendo ao valor das sanções (que serão elevadas). O que existe é uma responsabilidade indireta, pois havendo incumprimento terá de ser a própria organização a demonstrar que o seu administrador não agiu com a diligência necessária e, portanto, passará por uma responsabilidade coletiva.

5.2. Uma nova era de responsabilidade social na União Europeia?

Paulatinamente, disseminou-se a ideia de que as empresas são as grandes artífices de destruição do meio ambiente, movidas exclusivamente pelo lucro imediato que almejam obter. Daí a “receita habitual dos governos, nacionais e europeus: (mais) regulação”⁶². A intervenção legislativa europeia, através da Diretiva, constitui, assim, um produto da relevância crescente conferida à RSE, compreendendo-se que o Direito não pode ignorar esta realidade.

Como referido *supra*, no ponto 3, a CSDDD, numa versão fortemente diluída de propostas anteriores, vem positivar valores que, até então, não eram facilmente

⁶⁰ Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de fevereiro de 2022, disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52022PC0071>.

⁶¹ PAUL KRÜGER ANDERSEN *apud* CATARINA SERRA, “O novo dever de diligência das empresas: prevenção e responsabilidade”, *op. cit.*, p. 59.

⁶² CARLOS MARTINS FERREIRA, “A responsabilidade empresarial vista do lado de uma empresa”, in Jorge Coutinho de Abreu/Alexandre de Soveral Martins/Rui Pereira Dias (coord.), *Dever de diligência das empresas e responsabilidade empresarial*, Coimbra, Instituto Jurídico, 2022, p. 19.

sindicáveis, “endurecendo” a *soft law* e impondo uma legislação obrigatória e padronizada para todos os Estados-Membros. Isto permite evitar a fragmentação de processos de devida diligência, tornando mandatário para todos os Estados-Membros a observância de condutas sustentáveis, e obriga as empresas a internalizar os custos da violação dos direitos humanos e ambientais das suas atividades comerciais, fortalecendo a responsabilização civil da empresa pelos danos a terceiros ou ao ambiente. As empresas que estão abrangidas terão mesmo de cumprir com as obrigações que a Diretiva preconiza. Para as restantes será uma “voluntariedade forçada” pela própria cadeia de atividades. Mas os Estados-Membros decidiram que este é o caminho para se atingirem os objetivos de desenvolvimento sustentável, direitos humanos e alterações climáticas, pelo que o paradigma adotado quanto à sustentabilidade empresarial do futuro deixará de repousar apenas em “normas internacionais voluntárias” para passar a estar titulado em injunções normativas que exigirão responsabilidades das empresas, sob pena de estas serem responsabilizadas⁶³.

Apesar de o período de transposição ser de dois anos (art. 37.º), parece-nos imprescindível que as empresas comecem já a integrar no processo decisório a ponderação de fatores de preocupação ambiental, climática e social, a fim de enetarem nas suas políticas empresariais, o quanto antes, estas novas regras, promovendo a sustentabilidade empresarial e evitando um futuro cenário judicial rico em contencioso (temem-se novos casos de litigância em torno da sustentabilidade com respaldo na nova Diretiva europeia)⁶⁴.

Quem tem responsabilidade pela decisão empresarial, em última análise, é quem está na administração, pelo que a aferição do cumprimento destes deveres sempre passará pelos administradores, colocados numa posição de contacto privilegiado com o risco empresarial. Fomentar a responsabilidade social no meio empresarial será, também, sua função.

O sucesso da implementação interna destas obrigações passará por proporcionar formação especializada em setores com maior exposição a estes assuntos e pela definição, pelo órgão de administração, de metas reais, possíveis de serem

⁶³ ANA FILIPA MORAIS ANTUNES, “ESG, racionalidade empresarial, e novos contenciosos”, in *RDC*, 2022, pp. 4-5, disponível em <https://www.revistadedireitocomercial.com/esg-racionalidade-empresarial-e-novos-contenciosos>.

⁶⁴ *Ibidem*.

atingidas por cada ramo da empresa. Claro que, nessa definição, será essencial o *input* dos acionistas, investidores e *stakeholders*, porque se estes sujeitos não se identificarem com a atuação empresarial, o investimento ficará comprometido e o cenário será de insustentabilidade financeira da empresa (o que não se pretende).

Também a inclusão de “cláusulas éticas”⁶⁵ nos futuros contratos no âmbito de parcerias comerciais ajudará a robustecer os contratos, através da definição de parâmetros de sustentabilidade que as partes se obrigam a cumprir e da clarificação de consequências jurídicas para o inadimplemento, mitigando o risco⁶⁶. Afigura-se, ainda, pertinente rever procedimentos internos e, havendo parceiros comerciais que sejam PME, as empresas devem prestar apoio específico (art. 20.º), facultando, em certos casos, apoio financeiro [arts. 10.º, n.º 2, alínea e), e 11.º, n.º 3, alínea f)].

Quanto à responsabilidade direta dos administradores, como vimos, não surge expressamente prevista, o que não significa a ausência de vinculação. O art. 64.º do CSC constitui “título habilitante suficiente”⁶⁷ para filiar os administradores ao respeito pelo dever de diligência imposto pela Diretiva. Resulta das próprias funções dos administradores a obrigação de implementação dos deveres confiados às empresas – terão de agir, fazer os planos, monitorizar e corrigir, sob pena de nenhum objetivo ser operacionalizado. Para sua proteção, os administradores podem invocar a *business judgment rule* – que, como vimos, permite ao administrador justificar a sua decisão, desde que demonstre que, mesmo tendo causado prejuízos a terceiros, a decisão foi baseada em critérios de racionalidade empresarial.

Só poderá equacionar-se um pedido indemnizatório, em sede de responsabilidade civil, diretamente contra os administradores, se houver dano (terá de ser demonstrado que a decisão não ponderou, em termos de adequada razoabilidade, os impactos previsíveis da atividade e a suscetibilidade de interferência nefasta nos direitos humanos e no ambiente); ilicitude (conduta antijurídica); culpa do

⁶⁵ Sobre estas cláusulas, veja-se ANA FILIPA MORAIS ANTUNES, «ESG, sustentabilidade empresarial e contratação responsável. Em especial o papel do contrato e das “cláusulas éticas”», *op. cit.*, p. 1120.

⁶⁶ ANA FILIPA MORAIS ANTUNES, “Se as empresas não se prepararem vai haver muito contencioso por causa da sustentabilidade”, *Expresso*, 2023, disponível em <https://expresso.pt/sustentabilidade/2023-07-05-Se-as-empresas-nao-se-prepararem-vai-haver-muito-contencioso-por-causa-da-sustentabilidade-6f06f821>.

⁶⁷ ANA FILIPA MORAIS ANTUNES, «A Proposta de Diretiva relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade (“CSDDD”) – Aspectos actuais e desafios futuros», in *RDC*, 2023, p. 1477, disponível em <https://www.revistadedireitocomercial.com/a-proposta-de-directiva-relativa-ao-dever-de-diligencia-das-empresas>.

agente (atitude negligente ou dolosa) e nexa de causalidade entre o facto (ação ou omissão) e o dano⁶⁸. Se os administradores documentarem as suas decisões, demonstrando que houve preocupação com os aspetos sociais e ambientais, estarão mais salvaguardados. O facto de a responsabilidade direta dos administradores ter sido eliminada da Diretiva não minimiza a sua responsabilidade, uma vez que esta já estava prevista no CSC. A supressão desses artigos não prejudica a aplicabilidade de preceitos consagrados no Direito interno dos Estados-Membros, apenas revela uma opção político-legislativa que lhe dá menos protagonismo.

Mas, vejamos: a generalidade dos acionistas quer ganhar o mais possível, a curto prazo, e os administradores, que devem normalmente aos acionistas a entrada e permanência no cargo e têm remuneração cujo montante corre em paralelo com a evolução financeira da sociedade, alinham naquela direção (tudo isto potenciado pela lógica dos mercados)⁶⁹. Embora se saiba que esta conjuntura pode não ser amiga dos direitos humanos, ambiente e boa governação, questiona-se se será desejável (e até justo) colocar o foco da responsabilidade nos administradores, convertendo-os em “bodes-expiatórios” e vítimas de um “dedo apontado”, não tanto para que se resolva a questão, mas para que se crie na comunidade um sentimento de justiça. O desencadeamento da sua responsabilidade por violação do dever de diligência terá de ser feito com muita cautela, sob pena de, a montante, se inibir os administradores no exercício das suas funções e, a jusante, os expor a decisões judiciais injustas.

E uma outra problemática se levanta, atinente ao facto de a CSDDD contemplar, nos Anexos I e II, uma lista fechada de direitos e proibições que devem ser assegurados pelas empresas, deixando de fora um vasto leque de outros direitos e, com isso, fomentando situações complexas, onde as empresas tenham de escolher o que aplicar, o que certamente gerará discussão e, naturalmente, escolhas diferentes de país para país, potenciando a incerteza jurídica. Parece-nos frágil a opção de reconduzir os direitos protegidos a uma manta de retalhos incompleta de disposições internacionais, deixando desprotegidos tantos outros com igual dignidade... O considerando 33 parece resolver esta questão, ao permitir que as

⁶⁸ ANA FILIPA MORAIS ANTUNES, «A Proposta de Directiva relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade (“CSDDD”) – Aspectos actuais e desafios futuros», *op. cit., loc. cit.*

⁶⁹ J. M. COUTINHO DE ABREU, “Dever de diligência das empresas e responsabilidade civil”, *op. cit.*, pp. 30-31.

empresas ponderem normas adicionais, mas aqui tropeça-se na (perene) discussão do valor hermenêutico dos considerandos⁷⁰...

Levanta-se, ainda, outra questão, mais basililar, que contende com a opção de legislar, por parte da União Europeia, nestas matérias. Por um lado, como mencionado no ponto 3 deste estudo, é meritória a intenção de uniformizar as regras aplicáveis em matéria de sustentabilidade (com todas as vantagens que tal acarreta), mas, por outro lado, é preciso indagar até que ponto é razoável a União Europeia envolver-se na dinâmica empresarial. Se se levarem longe demais as exigências legais quanto a questões sociais e ambientais, a ponto de se começar a afetar negativamente o funcionamento de uma sociedade (cujo objetivo primordial é gerar lucro), não estaremos a desvirtuar o propósito da sociedade, transformando-a numa associação ou fundação (que, como vimos, não segue este escopo lucrativo)? E mais: se a União Europeia tornar excessiva a regulamentação, não poderá, num certo ponto, por impor demasiado, criar obstáculos de negócio e levar as empresas europeias a perderem competitividade face a outros países, como a China, os Estados Unidos da América ou a Rússia? É uma espada de dois gumes...

Parece-nos que a positivação foi importante, nomeadamente porque passou a oferecer vinculatividade e coercibilidade num âmbito que, até então, não observava um cumprimento efetivo e generalizado (talvez por não haver sanção e, portanto, se entender que não havia direito exigível) e que, cumprindo-se este dever de diligência, as empresas terão benefícios, desde logo mais aceitação junto dos consumidores, para além de ganharem consciência do impacto dos atos resultantes da sua atividade e da dos seus parceiros comerciais, promovendo uma melhor gestão empresarial⁷¹. Con-

⁷⁰ Por razões de extensão não a podemos desenvolver, mas a este respeito, veja-se TADAS KLIMAS/JURATĖ VAIČIUKAITĖ, "The Law of Recitals in European Community Legislation", in *ILSA Journal of International & Comparative Law*, vol. 15, 2008, disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1159604.

⁷¹ A adoção de um plano diligente e sustentável permitirá evitar desastres como o de Rana Plaza – trata-se do colapso de um edifício que albergava fábricas de vestuário, lojas e um banco, após ter sido detetado com fissuras estruturais e que, apesar disso, abrigava no seu interior trabalhadores do setor vestuário que tinham sido obrigados a ir trabalhar. O desmoronamento originou milhares de mortos e feridos, expondo as trágicas consequências de uma decisão governativa imprudente, negligente e totalmente afastada de qualquer dever de diligência. São estas (e outras) situações que a nova Diretiva visa evitar. SABELA GONZALEZ GARCIA, "REACTION The European Parliament approves the CSDDD: A step towards corporate justice", in *European Coalition for Corporate Justice Blog*, 2024, disponível em <https://corporatejustice.org/news/reaction-the-european-parliament-approves-the-csddd/>.

tudo, acreditamos que a União Europeia não poderá exceder-se nas regras impostas, sob pena de colocar o mercado europeu em desvantagem, de descaracterizar as sociedades comerciais, impondo-lhes obrigações demasiado onerosas e injustificáveis, à luz dos seus objetivos, e de introduzir uma distorção comercial ilegítima que acabe por prejudicar as próprias empresas e, em última instância, os Estados.

O dever de diligência é um passo crucial, mas, em assuntos tão sensíveis, qualquer lei por si só será insuficiente, pelo que só com o envolvimento ativo dos múltiplos *stakeholders* será possível alcançar a verdadeira sustentabilidade social, ambiental e económica⁷². O fim da sociedade é obter lucro, mas não a todo o custo, pelo que é necessário equilibrar esta missão com a manifesta importância da RSE na vida societária.

De notar, ainda, que a essência do dever de diligência tem já longa tradição no direito societário, sendo, por norma, atribuído diretamente aos membros dos órgãos de administração e fiscalização e no interesse da sociedade. Na CSDDD, porém, este dever impende sobre a sociedade (e não apenas sobre aqueles órgãos) e visa a satisfação de interesses de terceiros que possam ser afetados por externalidades negativas produzidas pela sociedade. Importa, então, referir que a obrigação será de meios, pelo que as empresas se obrigam a um comportamento cuidadoso para alcançar certos efeitos, mas não garantem que os objetivos serão atingidos.

Conclusão

As atuais discussões em torno da RSE resultam da tomada de consciência, por parte dos agentes económicos e civis, dos problemas sociais e ambientais associados à atividade empresarial. No direito societário, a consagração destes valores é fundamental: o foco da governação societária não estará somente na obtenção de lucro a curto prazo (aliás, esta será maximizada pela adoção de comportamentos socialmente responsáveis), mas na consideração dos “outros sujeitos relevantes para a sustentabilidade da sociedade”, como caminho para a satisfação do interesse social – não apenas o dos sócios, mas também o dos *stakeholders*.

No processo de exploração do binómio “deveres dos administradores/sustentabilidade”, não há como desatender ao conceito de interesse social, acolhido

⁷² JOSÉ VILAS BOAS, “À procura de ética na cadeia de valor: códigos corporativos vs. due diligence law”, *op. cit.*, p. 283.

no art. 64.º, n.º 1, alínea b), do CSC, uma vez que é a respeito “dos interesses atendíveis e ponderáveis pelos administradores” que a lei faz expressa alusão à sustentabilidade⁷³.

Acompanhando CATARINA SERRA, concluímos que o dever de lealdade existe exclusivamente para com a sociedade, impondo-se aos administradores a prossecução do interesse social. É certo que a lei alude aos “interesses de longo prazo dos sócios”, subentendendo-se um requisito de estabilidade do interesse, e, ainda, aos “interesses de outros sujeitos relevantes para a sustentabilidade da sociedade”, exortando o administrador para que, na medida do possível, pondere os interesses dos *stakeholders*. A norma não contempla um dever de “servir a dois amos”, mas apresenta um critério de eticidade no universo empresarial: o administrador passa a ter o dever de procurar a compatibilização dos interesses em conflito e, subsidiariamente, o dever de os ponderar, evitando que a satisfação dos interesses dos sócios exceda o que seria “razoável ou eticamente admissível”⁷⁴. Torna-se, então, possível uma leitura da lei portuguesa à luz do “interesse social iluminado”. Embora não seja pacífica a determinação do conteúdo do interesse social, entendemos que o art. 64.º, ao integrar “interesses extrassociais”, parece ter afastado o contratualismo puro, pelo que é permitido aos administradores, no exercício das suas funções, distanciarem-se da busca exclusiva dos interesses dos sócios para considerarem, igualmente, interesses dos *stakeholders*.

É, agora, manifesto que a prossecução do interesse social deve orientar-se, também, pela sustentabilidade e, por isso, é frequente que as empresas demonstrem a sua dimensão ético-socializadora, a par da função económica clássica que lhes fora reservada, já que a RSE se tornou, mais do que uma prática conveniente, uma condição efetiva à prosperidade (e diga-se, boa sobrevivência) no mercado atual, sendo, por isso, perentório que o respeito pelos novos deveres de sustentabilidade suplantem a mera declaração de intenções. E mais: só uma *Corporate Governance* fortalecida e transparente permitirá assegurar o compromisso de prosseguir a verdadeira RSE.

⁷³ RUI PEREIRA DIAS/MAFALDA SÁ, “Deveres dos Administradores e Sustentabilidade”, in *Administração e Governação das Sociedades*, Paulo Câmara (coord.), Coimbra, Almedina, 2020, p. 33.

⁷⁴ CATARINA SERRA, “O novo direito das sociedades: para uma governação socialmente responsável”, *op. cit.*, pp. 163-169.

Por tudo isto, a RSE apresenta-se como mutuamente benéfica⁷⁵ – por um lado, empresas socialmente responsáveis serão mais competitivas nos mercados internacionais (altamente agressivos em termos de concorrência) e mais aliciantes para captação de parcerias e investimentos. Será, também, mais fácil atrair e manter recursos humanos qualificados e, havendo preocupação social, aumentar-se-á a produtividade interna. A empresa estará mais apta a gerir os riscos e, pela adoção de compromissos éticos e ambientais, fomentará uma imagem positiva na sociedade (livrando-se de acusações de práticas violadoras de princípios fundamentais, altamente nefastas em termos reputacionais). Os consumidores também beneficiarão, já que empresas mais transparentes oferecem mais informação sobre os produtos, empoderando os consumidores e promovendo escolhas mais conscientes. Para além disso, produtos e serviços prestados de forma ética e sustentável reduzirão os impactos prejudiciais no ambiente e na esfera social, melhorando a qualidade de vida das pessoas.

Escoltando FILIPA ANTUNES, concluímos que os critérios ESG conduzem a uma relação triangular (e a um novo quadro relacional) entre sustentabilidade, responsabilidade e racionalidade – a sustentabilidade empresarial pressupõe a consideração do perímetro de risco da atuação empresarial em relação a terceiros e ao ambiente e implica a adoção de uma base partilhada de valores que integre uma racionalidade económica voltada para compromissos socioambientais. Não sendo adotado um comportamento sustentável, convocar-se-á a responsabilidade civil, com obrigação de indemnizar, como uma das consequências pelo incumprimento. As empresas terão, assim, de implementar “estratégias racionais de negócio” para concretizar um plano de sustentabilidade (cabendo aos administradores assegurar o seu efetivo cumprimento), à luz desta nova pauta valorativa⁷⁶.

Quanto à CSDDD e ao dever de diligência, atendendo à importância dos interesses em jogo (e cientes de que deixar a definição de regras próprias a cada Estado-Membro poderia ser ineficaz e conduzir à fragmentação do mercado interno)⁷⁷, entendemos ser da maior conveniência definir regras gerais e claras (numa erosão

⁷⁵ Sobre as vantagens da RSE, veja-se PEDRO JORGE MAGALHÃES, *Governo Societário e a Sustentabilidade da Empresa*, *op. cit.*, p. 149.

⁷⁶ ANA FILIPA MORAIS ANTUNES, «ESG, sustentabilidade empresarial e contratação responsável. Em especial o papel do contrato e das “cláusulas éticas”», *op. cit.*, pp. 7-8.

⁷⁷ Considerando 99.

do espaço deixado à *soft law*). Contudo, temos reservas quanto ao volume e à extensão da regulamentação, questionando se, numa ânsia de proteger, regras tão apertadas não poderão “sufocar” as empresas, removendo-as de um mercado liderado por outros agentes que não fiquem submetidos às mesmas regras. Apesar de portadora de várias vantagens, a CSDDD não está imune a críticas – os *lobbys* económicos, políticos e empresariais acusam-na de constituir um fardo normativo ameaçador da competitividade europeia. Embora se reconheça o mérito da legislação – ao ser um sinal da preocupação da União Europeia na proteção dos direitos humanos e ambientais –, a verdade é que o texto final fica a quem da ambição exigida.

Apesar das críticas, a CSDDD, desafiando o *status quo*, não deve ser vista como o término, mas antes o início da construção de uma base equitativa capaz de promover a adoção de práticas sustentáveis na União Europeia. Não é uma tendência ou estratégia de imagem pública, mas um processo de gestão empresarial de risco que, não sendo acatado, trará consequências para esses atores empresariais⁷⁸.

No contexto português, acreditamos que este instrumento representará um estímulo e uma oportunidade de modernizar (e fortalecer) o tecido e a mentalidade empresariais, alinhando-o com as exigências do mercado internacional, muito atentas a estas condições, mostrando aos mais céticos que a responsabilidade social, se bem doseada, não é “um apêndice”, mas quota indispensável da estratégia empresarial⁷⁹. Como vão ser dados os próximos passos? Resta-nos esperar para ver...

⁷⁸ CARMEN MÁRQUEZ CARRASCO/CHIARA MARULLO/DANIEL SCHÖNFELDER, “Adopción de la directiva sobre diligencia debida de las empresas en materia de sostenibilidad: relevancia para España y las empresas españolas”, in *Revista Española de Empresas y Derechos Humanos*, n.º 3, 2024, disponível em <https://revistas.colex.es/index.php/empresasyderechoshumanos/article/view/229/366>.

⁷⁹ ANA MARIA BANDEIRA, “Um novo paradigma de sustentabilidade e competitividade para as empresas portuguesas”, in *VidaEconómica*, 2024, disponível em <https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=e0d96753-782a-449e-9cc7-5938d925f6c9&analises=1&userid=3d485ee9-e5fc-4310-9ce8-0938df0bcd10>.